

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.521 - SP (2019/0105305-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FERTIMOURAO AGRICOLA EIRELI - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO JATAHY DUQUE - ESTRADA JÚNIOR - PR040127A
CARLOS HENRIQUE DOSCIATTI E OUTRO(S) - PR048329
AGRAVADO : TREND BANK S/A BANCO DE FOMENTO
ADVOGADOS : ANTONIO MARCELLO VON USLAR PETRONI - SP153809
AIRTON PEREIRA SIQUEIRA E OUTRO(S) - SP216257

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por FERTIMOURAO AGRICOLA EIRELI - EM RECUPERACAO JUDICIAL, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88 visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO - REQUISIÇÃO DE PESQUISA DE BENS EM NOME DOS EXECUTADOS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - ADMISSIBILIDADE - DEVER DE COLABORAÇÃO COM O PODER JUDICIÁRIO E INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO - PARTE CREDORA QUE NÃO ALCANÇARÁ O DESIDERATO SEM A INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - EXEQUENTE QUE JÁ BUSCOU OUTROS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DE BENS PORÉM SEM ÊXITO - ARTS 139, II, 378 E 380 DO CPC/2015 - CONSIDERANDO A NECESSIDADE E A UTILIDADE DA MEDIDA IMPÕE-SE O DEFERIMENTO DO PEDIDO - RECURSO PROVIDO (fl. 76).

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 1.018, §§2º e 3º, do CPC, no que concerne à indispensabilidade da juntada das razões recursais do agravo no processo físico, trazendo os seguintes argumentos:

Os autos nº 0221418-89.2009.8.26.0100, originário dos presentes autos, tramitam pelo meio físico, razão pela qual era indispensável a juntada das razões recursais também no processo físico, providência não adotada

pelo recorrido. (fl.88).

Diante da infração à norma processual, acima transcrita, o destino do recurso não poderia ser outro senão o seu não conhecimento (inadmissibilidade) (fl.88).

É o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Registre-se ainda que, nos termos do art. 1.018, §3º, do CPC/2015, eventual ausência de juntada da cópia do Agravo de Instrumento deveria ter sido arguida e provada pelo agravado, ora embargante, o que não ocorreu, como se verifica da sua resposta recursal de fls. 67/70 (fl. 101).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou que: “Não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n.º 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

